

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 14 DE AGOSTO DE 2001

*Boa-tarde,*

Hoje eu queria – antes de o Ministro Raul Jungmann expor com mais detalhes – falar sobre o programa de sustentação da produção familiar no campo, o Programa Nacional de Agricultura Familiar, o Pronaf, que estamos desenvolvendo já há algum tempo e está, cada vez mais, organizado no sentido de dar efetiva sustentação às famílias que trabalham no campo.

Na verdade, nós podemos até notar que a demanda por terra, embora ainda existente, diminuiu muito; aumentou muito mais a demanda por crédito e por condições de vida e condições de trabalho, o que é um fato positivo. Isso mostra que já houve um acesso razoável à terra e que as pessoas, agora, querem melhorar suas condições de produção na terra. Temos esse programa de apoio à agricultura familiar, que foi criado no meu primeiro mandato e que agora está se expandindo.

Nós vamos ter, este ano, 4 bilhões e 370 milhões de reais para a sustentação deste programa, incluindo nisso, também, obras de in-

fra-estrutura: estradas, programas de apoio direto à produção. E isso vai permitir atender mais de 1 milhão de famílias nesse programa. Mas, além disso, além do aspecto numérico, é preciso, agora, mostrar que nós estamos aperfeiçoando, sempre em interação com as organizações sociais, com os movimentos sociais e com os setores técnicos, os mecanismos pelos quais esse programa se implementa.

Desta vez, há uma expressa preocupação com a profissionalização dos jovens. As famílias que tiverem crianças ou jovens estudando em escolas profissionalizantes no último ano do curso ou, então, que já tenham concluído o curso vão ter um aumento de 50% sobre o teto do programa. Isso mostra que existe um estímulo específico para que haja a formação do trabalhador rural, a melhoria da sua condição técnica.

Além disso, nós temos, também, uma preocupação grande que se traduz em medidas semelhantes de ampliação do teto de financiamento para aquelas pessoas e famílias que tenham uma produção mais orgânica e, portanto, que não usem produtos nem material químico. E que haja uma preocupação ecológica também envolvida na espécie de retreinamento da mentalidade da família produtora no campo.

E há de se assinalar, também, que temos mantido uma posição muito ativa, digamos assim, de ações afirmativas, para o apoio às mulheres. E o primeiro momento dessa ação afirmativa foi o fato de que nós decidimos que a titulação das terras podia ser dada, também, à mulher e não como era, no passado, só ao chefe de família.

Agora, estamos ampliando essa ação afirmativa, no sentido de dizer que, além da titulação, elas vão poder, também, receber, diretamente, 30% do conjunto desses recursos. Isso mostra, portanto, que estamos mudando qualitativamente o apoio à agricultura familiar e aperfeiçoando esses mecanismos.

Além disso, havia uma reivindicação antiga e sentida dos produtores rurais na direção de ampliação do teto do empréstimo de uma das linhas de crédito. Nós passamos esses recursos de 9.500,00 reais para 12.000,00 reais para os que estão assentados, às famílias assentadas pela reforma agrária. Estamos também facilitando esse meca-

nismo, através da possibilidade de que ele seja um empréstimo feito em duas etapas. Isso ajuda também. São duas operações. Isso facilita muito mais o acesso ao crédito.

Finalmente, no que me cabia ressaltar, antes de o Ministro ter a possibilidade de esclarecer, com mais detalhes, as questões que estou mencionando mais em termos gerais, eu queria dizer que tudo isso, hoje, é feito em termos de juros fixos. Acabou essa história de TJLP, de correção monetária. Estamos limpando esse passado, esse arcaísmo. E, agora, os juros são fixos e são, em média, de 3% ao ano.

Quando se diz que temos juros em média de 3% ao ano, isso quer dizer que o Tesouro Nacional arca com uma parte do custo do dinheiro porque, obviamente, o custo é maior do que isso. A própria inflação é maior do que 3% ao ano. Isso, portanto, quer dizer que temos crédito. No caso do pequeno produtor familiar assentado pela reforma agrária, é um crédito que tem um certo subsídio.

Não é por acaso que, quando se mostram os dados da reforma agrária no Brasil, líderes de outros países e mesmo líderes que têm um comprometimento forte com a reforma agrária vêem que aqui houve um progresso grande.

No conjunto, através do mecanismo das TDAs, dos Títulos da Dívida Agrária, já desapropriamos 20 milhões de hectares de terra. Eu, por curiosidade, quis saber, em termos físicos, o que significa isso. Cuba tem 11 milhões de hectares de terra. Portanto, é quase duas vezes o tamanho de Cuba e mostra que, em termos de quantidade de terra que está sendo objeto desse mecanismo de transformação, é bastante; em termos de pessoas, da mesma maneira, o que mostra que estamos também atacando a pobreza estruturalmente.

Não se trata apenas dos programas, que são muitos, de apoio às famílias mais carentes, através de bolsa-escola, do Peti, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que é um programa para tirar a criança do trabalho penoso. Além desses mecanismos todos, também estamos provocando e promovendo uma transformação estrutural, que, a longo prazo, permitirá que haja um melhor equilíbrio na distribuição de renda no Brasil, que é um processo sempre de longo

prazo. Mas os mecanismos estruturais estão aí montados. E os que hoje mencionamos são mecanismos de apoio para que essas transformações ocorram de uma maneira consistente com a melhoria do bem-estar da população.

Era isso que eu queria informar-lhes. O Ministro Raul Jungmann e o Doutor José Abrão ficam aqui à disposição para esclarecimentos posteriores.